

O sentido da autocracia burguesa no Brasil

Anderson Deo

Como citar: DEO, Anderson. O sentido da autocracia burguesa no Brasil. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 247-258. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p247-258>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O SENTIDO DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

Anderson Deo

Camaradas, companheiras e companheiros, boa noite! Antes de mais nada, quero agradecer pelo convite e deixar aqui uma efusiva saudação aos organizadores do I Encontro sobre Pensamento Social Brasileiro. Saudar e agradecer ao professor Marcelo Totti, assim como aos estudantes que compõem o Grupo de Estudos Intelectuais de Esquerda e Movimentos Sociais. Nós que organizamos eventos e atividades no cotidiano da nossa universidade, sabemos que sem a colaboração, sem o trabalho e a dedicação dos nossos estudantes de graduação e de pós-graduação essas atividades seriam praticamente impossíveis. Dizer da honra e do prazer que é dividir uma mesa com professor Roberto Leher, companheiro de muitas jornadas no Andes, como o próprio Marcelo citou. É um prazer enorme, uma satisfação, poder compartilhar de sua exposição brilhante, com reflexões que nos instiga, que nos faz pensar, que nos faz refletir e nos incomoda. E isso é fundamental no trabalho teórico e intelectual, o incômodo que vai para muito além da atividade academia propriamente dita. Saudar a todos aqueles e aquelas que nos acompanham e dividem esse espaço de debates teórico-políticos.

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p247-258>

Um espaço como o que nós construímos cotidianamente na faculdade de Filosofia e Ciências de Marília! Talvez nós não tenhamos a dimensão, nós que vivemos esse cotidiano - e o cotidiano nos atropela com vários problemas, com a sua dinâmica própria - de como um evento desse tipo organizado pelo Marcelo e pelo grupo de estudo e estudantes que o compõem, como esse tipo de evento é importante não só para o debate acadêmico, mas para as reflexões que suscita, esse e outros eventos. Foi dito aqui durante todos os debates ao longo do evento, foram feitas referências ao fato de que Florestan Fernandes, em 1986, na nossa faculdade, lançou, digamos assim, oficialmente a sua candidatura para então Deputado da Assembleia Nacional Constituinte, que viria a ser reunida em 1987. Penso que esse tipo de atividade proposta pelo Grupo de Intelectuais de Esquerda e Movimentos Sociais, resgata, digamos assim, uma prática teórico-política que os departamentos que compõem o curso de Ciências Sociais e o próprio Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais desenvolveram ao longo de sua existência. Já tivemos várias “Jornadas do Curso de Ciências Sociais”, como a já citada em 1986 sobre o pensamento de Florestan Fernandes, jornada sobre o pensamento de Caio Prado Jr, Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré, além de uma série de outros importantes eventos que realizamos periodicamente. Grandes nomes nacionais e internacionais das Ciências Sociais que já passaram pelo anfiteatro da FFC. Que eu me recorde nesse momento, até porque estive diretamente envolvido, os últimos grandes nomes internacionais que estiveram na FFC, foram Domenico Losurdo, em 2017, e István Mészáros, em 2013, em noites memoráveis na nossa faculdade. Essa faculdade que tem esse histórico de contribuição, eu diria extremamente positiva, do ponto de vista de uma perspectiva humanamente emancipadora.

Para falar propriamente da minha exposição, daquilo que aqui eu modestamente pretendo apresentar para vocês, talvez vocês possam ter a impressão de que eu e o professor Roberto Leher combinamos pelo menos uma parte das nossas apresentações. Não se trata disso. Obviamente que os organizadores do evento pensaram as mesas de forma a convidar autores, pesquisadores e debatedores que de alguma forma dialogam nas suas pesquisas - não propriamente que concordem entre si, não se trata disso.

Mas muito do que vou aqui colocar, muito do que eu vou aqui apresentar vai dialogar em alguma medida com aquilo que o professor Roberto Leher apontou, sobretudo no início da sua exposição.

Se nós fossemos atribuir um título a essa apresentação que vou propor aqui para vocês, poderíamos dizer que esse título seria “Sentido da Colonização e Autocracia Burguesa no Brasil”. Qual seria o objetivo ou dois objetivos fundamentais dessa minha exposição? Primeiro, identificar aquilo que nós poderíamos denominar como os fundamentos da autocracia burguesa no país, e o segundo objetivo é o de verificar como esses elementos se reproduzem na atualidade. Da forma como entendo, Florestan Fernandes - o professor, o militante - nos oferece um instrumental teórico e conceitual riquíssimo, para compreender aspectos fundamentais da particularidade brasileira. Ou seja, o modo de produção capitalista se reproduz universalmente. No entanto, a forma particular como as nações, como os países reproduzem o modo de produção capitalista, faz com que a história, faz com que esse modo de produção se objetive historicamente a partir de características muito singulares. Eu penso que esse instrumental teórico-conceitual oferecido pelo Florestan Fernandes nos permite identificar elementos da maior importância que caracterizam essa objetividade do capitalismo no Brasil, e esse instrumental teórico e conceitual, eu particularmente procuro articular nas minhas pesquisas, nos meus debates, nos meus escritos, com outro autor que é Caio Prado Jr, também citado aqui pelo professor Roberto Leher. Sobretudo o conceito de Sentido da Colonização. Penso não ser aqui o momento, pelo menos no formato dessa primeira apresentação, de apontar as trajetórias ou toda a complexidade da composição da teoria social desses dois autores, sobretudo aquilo que nós poderíamos identificar como as diferenças entre ambos. Isso poderia ficar por um outro momento, porque como a forma de análise e as leituras, sobretudo do período colonial e mesmo do processo em si da revolução burguesa no Brasil, não são idênticas em Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior.

Mas o que quero privilegiar aqui, na minha abordagem? As aproximações! Exatamente as aproximações entre essa compreensão que Caio Prado Jr. propõe de *Sentido da Colonização* e o conceito de Autocracia

Burguesa desenvolvido por Florestan Fernandes. E por que isso? Porque, da forma como eu pretendo demonstrar, pelo menos em linhas gerais, a articulação desses conceitos nos permite analisar de uma forma bastante adequada e bastante precisa o que nós presenciamos nos dias de hoje. Bem, dessa maneira, então, gostaria de apontar elementos, digamos assim, essenciais do conceito de sentido da colonização. Para Caio Prado Jr, a forma de sociabilidade que se funda na colônia se alicerça em alguns pilares, por assim dizer, que se reproduzem ao longo da história do Brasil, ao longo do processo de formação social do país. É óbvio que nós não podemos cair no erro, no anacronismo de achar que a história brasileira, que a sociedade brasileira não se modifica, que a forma colonial é a mesma até hoje. Não se trata disso. Aliás, da forma como entendo, os críticos que apontam esse suposto problema na leitura de Caio Prado Jr, incorrem aí ou em desonestidade intelectual, ou em alguns equívocos que comprometem a própria leitura. E por que isso? Porque o próprio autor, ao elaborar o conceito de sentido da colonização na abertura de seu livro *A Formação do Brasil Contemporâneo*, está indicando que há determinados elementos, há determinadas características essenciais que marcam a formação histórica de um povo que permanecem ao longo da sua história, mesmo que do ponto de vista fenomênico ocorram transformações. Então o que é que Caio Prado Jr. está chamando de sentido da colonização?

O Brasil nasce como um território associado de forma subordinada aos grandes centros de reprodução econômico no período colonial, ou seja, do período da acumulação originária do capital, do período Mercantil. Posteriormente, essa subordinação se reproduzirá em relação aos núcleos centrais do processo da Revolução Industrial e do desenvolvimento do imperialismo. Encontramos aqui um elemento essencial de permanência. Que elemento essencial? A dependência externa. Mas uma dependência que não é uma, como porque poderia dizer, uma mera subordinação, não é uma associação qualquer – o professor Roberto Leher utilizou a expressão “uma associação passiva, uma dependência passiva”. O que Caio Prado Jr. está apontando é a forma de ser da reprodução econômica, da reprodução social no país, que vai fazer com que a estrutura econômica se associe de forma subordinada, o que implica em dizer que a burguesia que aqui vai se

formando se associa ao capital externo porque ela ganha com isso, ela tem interesse. É a *forma-de-ser* dessa burguesia, seja no período colonial, seja no período do Império, ou depois, na República. Essa burguesia que aqui vai se desenvolvendo, constrói uma forma de sociabilidade onde essa associação subordinada é a forma de rentabilidade ou de buscar rentabilidade nos seus negócios, e é por isso que esse “caráter débil” da burguesia só pode ser assim identificado quando comparamos com outros exemplos históricos de revolução burguesa, como por exemplo os casos clássicos.

Mas, se do ponto de vista, por assim dizer, estritamente econômico essa associação subordinada marca geneticamente, ou para usar uma expressão mais rigorosa metodologicamente, marca de forma ontogenética a forma de ser dessa burguesia, para que se mantenha – do ponto de vista interno – a reprodução social de seu domínio, essa burguesia constrói formas políticas fundamentalmente antidemocráticas, mesmo do ponto de vista de uma democracia liberal burguesa. Então, se nós percorreremos a história do Brasil, nós vamos observar que as estruturas de dominação que são reproduzidas, de dominação política, desde o período colonial, primeiro excluem totalmente os “de baixo”, excluem totalmente a força de trabalho, ou melhor, mais do que exclui, explora intensivamente e extensivamente essa força de trabalho desde o período colonial, sejam as populações escravizadas de origem africana ou mesmo os povos autóctones (os indígenas), seja posteriormente os imigrantes e a força de trabalho que aqui se formou.

Com isso, historicamente temos toda uma estrutura que exclui do ponto de vista político a massa da força de trabalho de qualquer processo político e, portanto, aquilo que Marx identificava como o caráter politicamente emancipatório das revoluções burguesas clássicas, aquilo que aconteceu na França e na Inglaterra – de certa forma na Holanda e nos Estados Unidos –, não se reproduz na nossa particularidade. Essa burguesia que vai aqui se constituindo, constrói reformas políticas onde a exclusão dos de baixo, para usar uma expressão mais genérica, a exploração intensa dessas classes sociais – dessa classe que é a força de trabalho – é uma constante.

Todo o processo de ampliação de direitos sociais, de direitos trabalhistas e políticos, ou seja, aquilo que poderíamos chamar de uma ampliação da emancipação política, essa classe trabalhadora, esse proletariado que vai aqui se constituindo, só conquistou através de grandes, de intensas lutas políticas e sociais. O que implica em reconhecer que por mais contraditório que possa ser essa revolução burguesa, sua forma particular de reprodução histórica freia, impede e aborta qualquer projeto minimamente emancipatório, mesmo nos marcos da legalidade burguesa. E mais, quando o proletariado se organiza e começa a avançar em conquistas, através de muita luta, essa mesma burguesia não titubeia em se utilizar do instrumento político do golpe de estado para frear qualquer tipo de avanço minimamente democrático (ou em termos teóricos, de um liberalismo progressivo).

Quando nós observamos o que estou tentando caracterizar de uma forma muito genérica, como o conceito de sentido da colonização, onde é que identifico aproximações ou aderências, por assim dizer, com a análise do Florestan Fernandes? Vejam, o que Florestan vai apontar sobre o processo da revolução burguesa no Brasil. Pois bem, essa burguesia que aqui vai se constituindo ao longo do século XX, promove uma modernização do ponto de vista econômico. Uma modernização que explicita uma série de contradições próprias do momento histórico em que essa modernização está se realizando. Como podemos visualizar tais contradições? No processo de industrialização do país, sobretudo no processo de industrialização que se abre pós-1930; vejam, esse processo de industrialização explicita contradições e a principal delas é exatamente a contradição que se fundamenta numa sociedade que está se modernizando, mas exclui a grande maioria, a grande massa de força de trabalho, não só dos direitos imediatamente econômicos e trabalhistas - porque isso como nós já apontamos aqui vai sendo conquistado ao longo do tempo através das lutas políticas e sociais -, mas exclui, também, direitos fundamentais próprios do princípio burguês de cidadania.

Acontece que essas classes elas se movimentam e se organizam, se movimentam e se chocam na luta cotidiana. E qual vai ser a resposta dessa burguesia segundo, Florestan Fernandes? Essa burguesia abre

mão da própria legalidade democrático-burguesa para promover, para avançar no seu processo de consolidação do capitalismo no Brasil, ou seja, essa burguesia abre mão de qualquer tipo de avanço democrático em termos do próprio liberalismo para avançar na revolução burguesa ou na contrarrevolução preventiva que se explicita no golpe de 1964. Da forma como entendo, essa aproximação entre os conceitos de sentido da colonização e de autocracia burguesa, expressa o conteúdo políticossocial – histórico, portanto – de uma burguesia que vai se constituindo no país de forma totalmente autocrática. É uma burguesia que mesmo nas disputas entre as frações de sua classe, sempre se utilizou do expediente do golpe de estado, ou seja, da interrupção de uma determinada legalidade institucional, ou institucionalizada, para fazer valer os seus próprios interesses. É uma burguesia que não tem o menor escrúpulo – lembrem-se de Jarbas Passarinho, quando da assinatura do AI-5, “às favas com todo e qualquer escrúpulo” –, ou ainda, se preferimos, podemos buscar um outro exemplo mais recente que nos foi revelado, entre tantos outros, como o vazamento de áudio do então líder do governo na Câmara dos Deputados, Romero Jucá, “Vamos dar um golpe armado com tudo, com um congresso, com judiciário, com todo mundo”. Vejam e percebam, esse expediente político do golpe de estado, e seus princípios de uma maneira clássica naquilo que Marx identificaria como um “golpe bonapartista”, onde a burguesia lança mão do expediente da força militar para suspender todo e qualquer processo de ampliação de direitos democráticos, mesmo que nos marcos do liberalismo burgueses. Mas por que faz isso? Porque demonstra os limites históricos do princípio de igualdade e liberdade, nos marcos próprios da burguesia, de uma concepção ideologicamente orientada por interesses burgueses. Ou seja, essa burguesia, na particularidade brasileira, desenvolve e reproduz um projeto de dominação e, portanto, um projeto de reprodução socioeconômica em que a democracia mesmo, volto a dizer, mesmo nos marcos da legalidade burguesa, só é admitida até um determinado momento. Qual o momento? Um momento em que os seus interesses não são colocados à prova, ou melhor, mesmo que não estejam sendo colocados à prova – porque, por exemplo, em 2016 os interesses da burguesia não estavam sendo colocados à prova – mas a articulação que se constrói no golpe para derrubar o governo Dilma, é uma articulação

que coloca burguesia internamente instalada, coloca essa burguesia no momento e no movimento de ataque de avanço profundo ao pouco que resta de conquista dos trabalhadores ao longo do século XX, no país.

Então vejam, essa caracterização fundamental, penso eu, para indicar o elemento autocrático da burguesia brasileira, nos permite inclusive pensar no momento que vivemos. Eu vou aqui muito rapidamente pensar o período pós-1985, que é genericamente chamado período da redemocratização. Da forma como entendo, já é um equívoco chamar de período de redemocratização. Porque só é possível redemocratizar algo que um dia já foi democrático, democratizado, e uma democracia em termos, volto a dizer, mesmo que em termos liberais burgueses, sempre foi extremamente limitada no país.

Então, a partir de 1985, temos todo uma reestruturação institucional do Brasil, que se consolida na Constituição de 1988. No entanto, da forma como eu proponho a leitura, essa democratização, ou melhor, o restabelecimento dentro da democracia, ou o estabelecimento de uma democracia – e as instituições instrumentalizam essa democracia – reproduzem na verdade uma forma de institucionalização da própria autocracia burguesa. E porque uma forma de institucionalização da própria autocracia burguesa? Porque vejam, e o quê estou chamando de uma institucionalização da democracia burguesa, ou melhor, uma institucionalização da autocracia burguesa? Nós temos, sem dúvida alguma, como resultado inclusive das lutas sociais que eclodem em meados da década de 70, que forçam, empurram para o fim da ditadura militar, da ditadura civil-militar que se inaugura em 1964, nós temos sem dúvida um avanço no campo da própria democracia liberal que se manifesta na carta de 1988. No entanto, se nós observamos a partir de 1992, essa mesma Carta Constitucional (para pensarmos em termos jurídicos), passa a sofrer uma série de modificações, em determinado momento chamado de Revisão, outro Reforma Constitucional, mas ela vem sendo desmontada desde então e esse processo de desmonte ocorre e não é única e exclusivamente um desmonte jurídico, é um desmonte que diz respeito ao avanço do Capital frente a todo aquele processo que se abre em meados de 1970, , que se

consolida com a Constituição de 1988. Ou seja, é o capital avançando sobre as conquistas dos trabalhadores.

É claro que no modo, aqui, da exposição, procuro oferecer um panorama muito amplo, mas a questão é a seguinte: essa Constituição vai sendo transformada, e as instituições, vão permanecendo, ou melhor, vão – percebam a linguagem que o léxico liberal se utiliza – se aperfeiçoando. Mas o que que significa aperfeiçoar as instituições democráticas dentro do léxico Liberal? Significa afastar cada vez mais as instituições democráticas, ou melhor, as instituições do Estado de um processo verdadeiramente democratizante. Cada vez mais o Estado se organiza a partir da generalidade abstrata das leis, e essas leis são instrumentalizadas e manipuladas, organizadas de forma que já impõe ao conjunto da sociedade uma lógica burguesa. Volto a dizer, existe resistência e existe luta de classe. Mas se nós observarmos em retrospectiva, veremos que essa burguesia interna, a partir das suas frações, vai se recompondo, se recompondo de tal forma a propor uma hegemonia do capital financeiro, hegemonia essa que retira, que espolia, cada vez mais direitos dos trabalhadores. Que promove uma redefinição das próprias instituições.

Se avançamos nesse processo, podemos pensar o significado, por exemplo, do golpe de 2016, da reforma trabalhista, da reforma do Ensino Médio, de toda a legislação que impede o gasto com demandas sociais – a chamada “PEC do fim do mundo”, ou “PEC da morte” – como saúde e educação, da reforma da Previdência. Vejam, todas essas mudanças foram realizadas dentro da ordem, da chamada ordem do Estado democrático de direito. O que é isso senão uma forma de reprodução de uma ditadura através da Lei? E aí não há como tergiversar, quando Lenin afirma que a ditadura burguesa, ou melhor, que a democracia burguesa nada mais é do que a ditadura de uma minoria, sobre a maioria da sociedade. Mas uma ditadura que tem o verniz e tem, por assim dizer, a camuflagem, o véu – um fino véu, é verdade – de democracia, de legalidade, mas que por exemplo, na particularidade brasileira, e aqui me amparo em um outro autor de origem ítalo-germânico, chamado Johannes Agnoli, que desenvolveu o conceito de “autocracia do parlamento”.

Segundo Agnoli, os processos políticos afastam cada vez mais a população como um todo, as classes sociais e, principalmente, a classe trabalhadora da ação política propriamente dita. Isso se dá porque o próprio parlamento e sua forma de organização garantem uma autonomia àqueles que são eleitos, de forma a se deslocarem, se distanciarem das suas bases eleitorais. É claro que temos aqui uma série de elementos que contribuem para manipulação, para construção de uma hegemonia propriamente dita, em sentido gramsciano, que passa sobretudo pela captura, se é que eu posso chamar assim, da subjetividade do conjunto dessa classe trabalhadora. Isso é um outro complexo social, o da ideologia, extremamente importante para analisarmos o momento presente. Basta verificar como é que as igrejas, sobretudo as religiões de corte neopentecostal, agem em função de um determinado projeto político-econômico, que identificamos genericamente como “bolsonarismo”.

Caminhando para o final da minha exposição, poderíamos citar vários exemplos de como é que está autocracia burguesa se reproduz no cotidiano. O professor Roberto Leher – que me antecedeu – fez referência ao espancamento de João Alberto no Carrefour¹, em mais um episódio de reprodução da barbárie cotidiana que presenciamos no país. Poderíamos citar vários outros. Poderíamos citar, por exemplo, toda a repressão que as populações pobres sofrem cotidianamente nas periferias, e sofrem pelas mãos de uma das instituições que expressam de forma explícita isso que nós caracterizamos como a autocracia na sua versão institucionalizada, que são as Polícias Militar. Ou seja, aquelas forças públicas de segurança, que foram criadas durante a ditadura militar, transformando a guarda pública estadual em polícia militar, para reprimir, exatamente com essa função de reprimir a população. Então, a tortura passa a ser um elemento cotidiano nas delegacias de polícia, nas abordagens das forças públicas, das forças do Estado que, ao contrário, deveriam garantir o direito da população.

Podemos pensar em outros elementos que o governo Bolsonaro explícita. O projeto político-econômico – nós não podemos nos equivocar, há um projeto político e econômico sendo construído e colocado em

¹ João Alberto de Freitas foi espancado e morto por asfixia por seguranças de uma loja da rede Carrefour, em Porto Alegre – RS, na noite de 19 de novembro de 2020.

prática –, um processo que envolve a desindustrialização do país (o professor Roberto Leher falou em um processo de descomplexificação das cadeias produtivas). Um projeto que envolve, necessariamente, um investimento maciço no agronegócio e, portanto, no avanço da “fronteira agrícola”. Avançar a fronteira agrícola significa se utilizar da legislação existente, ou mesmo, burlar a legislação existente para promover deliberadamente uma política de incêndio, de destruição e devastação do meio ambiente. E é claro, isso gera contradições das mais diversas. Desde a hipocrisia externa do imperialismo que passa a reproduzir um discurso de “defesa do meio ambiente e das florestas brasileiras”, mas também a reação das populações originárias, dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, dos trabalhadores rurais sem-terra. Mas de qualquer forma o que estou tentando demonstrar, é que esse projeto político é um projeto extremamente autocrático! E é extremamente autocrático porque o neoliberalismo, o capitalismo em si, mais ainda, o capitalismo na sua fase neoliberal, expressa o aprofundamento da barbárie, que se manifesta numa exploração constante da humanidade, numa exploração constante da natureza, numa exploração intensa do ser humano e uma exploração que, para ser garantida, necessariamente, deve ser garantida através da força, seja através da força aberta, deliberada dos golpes militares, seja através da força do Estado democrático de direito. Então todos nós podemos nos manifestar, desde que respeitemos a ordem tal como ela existe. Percebam esses elementos políticos e jurídicos. Por mais que existam alguns freios, por mais que a burguesia a partir de algumas de suas frações começa a se “escandalizar” com Bolsonaro, por mais que a Rede Globo, de alguma forma, passe a reproduzir um discurso contrário ao Governo Bolsonaro, essa mesma emissora não reproduz um discurso contrário ao ministro da economia Paulo Guedes. Porque esse é o projeto da burguesia internamente instalada, cuja Rede Globo é uma das principais responsáveis pelo governo que aí está.

Governo que reproduz essa autocracia que estou chamando aqui de forma institucionalizada e que avança, inclusive, com um discurso na direção da explicitação propriamente, digamos assim, de uma autocracia clássica. Isso implica do ponto de vista do projeto político-econômico,

do projeto de nação que está se reproduzindo, necessariamente, em uma forma de regressividade das formas sociais do país, em todos os níveis, em todas as dimensões, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista das relações pessoais. Nós observamos em várias dimensões do nosso cotidiano aquilo que poderíamos chamar de uma regressividade total das relações sociais no país.

Para terminar, gostaria de apontar o seguinte: Florestan Fernandes foi um militante de partido, um militante que tomou partido na sua vida, e tomou partido pelos trabalhadores. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras, essa força de trabalho, que se reproduz hoje no país de forma profundamente precária, nas mais diversas frações proletariado. Lutou até o fim de sua vida. Permitam-me encerrar com uma nota de depoimento pessoal: não por acaso, no seu velório, primeiro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de São Paulo, depois no crematório de Vila Alpina, também em São Paulo, não são por acaso foi entoado o Hino da Internacional Comunista em sua homenagem. Como jovem militante pude participar de forma emocionada daquele momento. São momentos que marcam a nossa vida. Da mesma forma como em outros momentos, em que pude presenciar a participação do professor, do militante Florestan Fernandes em vários comícios, em vários debates. Posso dizer que, de certa forma, tais experiências serviram de “inspiração”, não só na sua referência enquanto quadro político da esquerda brasileira, mas também enquanto instrumental analítico para analisar o país e para oferecer respostas para o nosso futuro. Obrigado pela paciência de vocês!